



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ARLETE DE F. R. DE OLIVEIRA
JÉSSICA ANTUNES DE SOUZA**

**RECREIO ESCOLAR INCLUSIVO E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA
ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERAÇÃO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE
VYGOTSKY**

**CHAPECÓ
2016**

ARLETE DE F. R. DE OLIVEIRA
JÉSSICA ANTUNES DE SOUZA

**RECREIO ESCOLAR INCLUSIVO E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA
ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERAÇÃO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE
VYGOTSKY**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Sob orientação da Profª Mª Mara Cristina Fortuna da Silva.

CHAPECÓ
2016

**ARLETE DE F. R. DE OLIVEIRA
JÉSSICA ANTUNES DE SOUZA**

**RECREIO ESCOLAR INCLUSIVO E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA
ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERAÇÃO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE
VIGOTSKI**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Orientador (a): Prof. M^a. Mara Cristina Fortuna da Silva.

Este trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca examinadora em: -
13/06/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a Me Mara Cristina Fortuna da Silva - Presidente da Banca



Prof^a Dr^a Lísia Regina Ferreira Michels - Membro da Banca



Prof^a Claudia Fantin - Membro da Banca

**RECREIO ESCOLAR INCLUSIVO E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA:
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERAÇÃO A PARTIR DAS
CONTRIBUIÇÕES DE VYGOTSKY**

Arlete de Fátima Ribeiro de Oliveira*
Jéssica Antunes de Souza**
Mara Cristina Fortuna da Silva***

RESUMO

Este estudo surgiu da inquietação em compreender o recreio escolar como parte do processo de inclusão, visando o estabelecimento de relações interativas para o desenvolvimento dos indivíduos. Tem como objetivo compreender a função do recreio escolar como parte do processo de inclusão dos alunos com deficiência que estão matriculados na rede regular de ensino. Deste modo, segue o método da pesquisa bibliográfica que buscou fazer um levantamento de produções científicas acerca do tema, analisando o rastreamento de pesquisas publicadas no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), nos anos de 2011 e 2012, ressaltando que não foi encontrado nenhum material referente ao tema em anos mais recentes que estes citados. Rastrou-se também o banco de artigos da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul), nos anos de 2010 a 2014, considerando que as publicações ocorrem a cada dois anos. Tem como princípio norteador a abordagem sócio-interacionista de Vygotsky que, em seu bojo, traz o processo de interação como imprescindível para o desenvolvimento humano, tendo em vista que os indivíduos se constituem e se desenvolvem em meio às relações e experiências vivenciadas. Buscou-se analisar o processo de interação através de estudos de Vygotsky, verificando por meio de uma revisão bibliográfica, estudos sobre o recreio escolar do aluno com deficiência, para que, posteriormente, fosse possível compreender e descrever a função do recreio na perspectiva Vygotskyana. Constatou-se que o recreio escolar dos alunos com deficiência é um tema que tem recebido pouca atenção, mas que é de suma importância para o desenvolvimento social e cognitivo destes alunos inclusos. Com isso, reconhece-se a importância de constituir o recreio como um instrumento de interação, cuja finalidade é o processo de inclusão.

Palavras-chave: Recreio escolar. Inclusão. Alunos com deficiência. Interação.

* Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia – 10ª fase – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Chapecó/SC. E-mail: arleteoliveira28@hotmail.com

** Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia – 10ª fase – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Chapecó/SC. E-mail: jessicaantunes12@hotmail.com

*** Mestre em Educação-UFFS- SC. Docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Chapecó/SC. E-mail: maracris193@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muitas são as discussões sobre a inclusão escolar. Ao mesmo tempo em que se intensificam as matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares, intensificam-se também discussões que levem à compreensão do processo de inclusão na escola como um todo. Partindo de nossas vivências no ambiente escolar enquanto segundas professoras e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID surge nossa inquietação de compreender melhor o espaço do recreio escolar e qual a função deste para o aluno com deficiência incluso na escola regular.

Sob esse olhar, o objetivo geral deste trabalho é compreender a função do recreio para o aluno com deficiência na escola regular. Deste modo, especificamente, buscamos analisar o processo de interação social através de estudos de Vygotsky, verificando por meio de uma revisão bibliográfica, estudos sobre o recreio escolar do aluno com deficiência, para, posteriormente, compreender e descrever a função do recreio na abordagem Vygotskyana.

Considerando a Política Nacional da Educação Especial aprovada no ano de 2008, que garante o ingresso de todos os sujeitos com deficiência na escola regular, mapeamos nossa busca em produções científicas a partir do ano de 2010 até abril de 2016. Realizamos uma busca no site da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul), referentes aos anos de 2010 a 2014, pois as publicações acontecem a cada dois anos, utilizando os seguintes descritores: recreio escolar, inclusão escolar, aluno com deficiência, recreio escolar inclusivo. Complementamos nossa busca também no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), usando os mesmos descritores acima mencionados, materiais esses, referentes aos anos de 2010 a 2016, porém, em nosso levantamento neste banco de dados encontramos apenas publicações referentes aos anos de 2011 e 2012.

Com isso, direcionamos nossa pesquisa de cunho bibliográfico, nos estudos de Vygotsky, pautada no que diz respeito ao processo de interação dos sujeitos com algum tipo de deficiência, pois esses alunos precisam e devem estar incluídos em qualquer esfera social. No entanto, o que se percebe é que as diretrizes das políticas referentes à educação especial são, muitas vezes, marcadas por insuficiências ou indefinições, e que, frequentemente, até mesmo os educadores e profissionais da educação não se dão conta da importância de tais diretrizes.

É indispensável que a escola e todos os outros órgãos ligados à área educacional compreendam as necessidades dos sujeitos com deficiência e façam adaptações que

contemplem esses alunos, proporcionando, desta forma, a inclusão que se busca. Assim, de acordo com Pinto (2008) quanto mais limitações apresentar uma criança, mais necessitará de uma educação rica, desafiadora, organizada e elaborada.

Por conseguinte, percebe-se que o recreio escolar dos alunos com deficiência é um tema que recebe pouca atenção, mas que é de suma importância para o desenvolvimento social e cognitivo destes alunos especiais. Esse faz parte do cotidiano escolar e das relações entre os sujeitos sociais envolvidos, sendo um momento necessário à rotina escolar destinado a possibilitar atividades prazerosas e relativamente livres. Portanto, para a apresentação do referido estudo, organizamos e dividimos nosso trabalho em três seções. A primeira seção apresenta considerações sobre o processo de interação na perspectiva de Vygotsky. A segunda seção diz respeito aos estudos acerca do recreio escolar que leva em consideração o aluno com deficiência, com isso, apropria-se de alguns descritores para realizar a investigação no banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul). A terceira seção versa sobre o recreio escolar e o aluno com deficiência, subdividido em três etapas, sendo a primeira uma definição sobre o que é o recreio escolar, a segunda, uma descrição do aluno com deficiência na escola regular e a terceira e última, uma definição sobre o recreio escolar inclusivo e o aluno com deficiência baseados na perspectiva sócio-interacionista.

2 O PROCESSO DE INTERAÇÃO NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY

A interação social tem papel fundamental no que se refere ao desenvolvimento humano, através dela, os sujeitos estabelecem relações de aprendizagem ampliando e constituindo novos conceitos, pois a estrutura fisiológica humana, aquilo que pertence ao ser humano desde seu nascimento, não é o bastante, o suficiente, para desenvolver o ser em sua plenitude.

Sendo assim, quando falamos em interação social, concebemos a visão que Vygotsky considera que o indivíduo é essencialmente social e que é na relação, na troca de experiências e na interação com o meio social e físico em que vive, vai se constituindo enquanto sujeito histórico e que irá desenvolver suas características individuais. Deste modo, ele considera que a base da vida social dos indivíduos é a interação, e enfatiza que não existe evolução sem relações sociais.

Assim, se o ser humano for comparado às demais espécies humanas, desde o seu nascimento, quando ainda é bebê, segundo Vygotsky (*apud* BOROWSKY 2008), pode-se constatar que ele é o mais despreparado e indefeso dentre toda a espécies humanas existentes. Para viver, ele depende das pessoas mais experientes que vivem em seu meio, ficando assim responsáveis por atender suas necessidades básicas, afetivas e também pela formação de seu comportamento. Quando pequenas, as crianças dependem do adulto que faz a mediação delas com o mundo dos objetos. E assim, com o passar do tempo, por meio de intervenções existentes entre ela e um adulto, ou entre ela e uma criança maior, com mais experiência, seus processos psicológicos começam a formar-se.

Então, desde o nascimento, o ser humano é inserido em meios permeados de interações sociais, como por exemplo, em seu contato com a mãe, com o pai, com a família e isso tudo antes mesmo de adquirir a linguagem verbal. Este contexto mediado é essencial para o processo e desenvolvimento de aquisição da linguagem verbal dos indivíduos, desse modo, a interação social da criança com o adulto é essencial para desenvolver suas habilidades linguísticas que, para Vygotsky “[...] estas interações da criança com as pessoas de seu ambiente desenvolvem-lhe a fala interior, o pensamento reflexivo e o comportamento voluntário [...]” (OLIVEIRA 1994, p.44). Assim, a fala como primeiro meio de comunicação verbal da criança com os demais seres humanos, expressa e organiza o pensamento, isso só é possível através da interação da criança com o meio e com os membros da cultura que os rodeia.

Sendo assim, a linguagem é um signo mediador é uma forma de demonstrar o pensamento das crianças. Através desse meio de expressão, os indivíduos estabelecem contato com o mundo e com o outro, tornando-se então, uma grande ferramenta social de contato. É ela também que possibilita a troca com o outro e permite a cada indivíduo constituído dessa interação completar-se como ser social. Vygotsky enfatiza que a cultura se integra ao homem pelos estímulos entre os indivíduos que usa como signo mediador a linguagem (Vygotsky, 1934).

Para Vygotsky, todo sujeito adquire seus conhecimentos a partir de relações interpessoais, de troca com o meio e por isto é chamado de ser interativo. Ele também afirma que aquilo que aparece individual na pessoa é, na verdade, resultado da construção da sua relação com o outro, um outro coletivo que veicula a cultura. Na verdade, o desenvolvimento total do ser humano depende das experiências e das aprendizagens que desenvolvem um determinado grupo cultural. As características e atitudes individuais estão profundamente

impregnadas das trocas com o coletivo, e as funções mentais superiores são socialmente formadas e culturalmente transmitidas por meio da linguagem.

Compreendemos então, a interação como sendo o envolvimento entre duas ou mais pessoas, em que um indivíduo possa gerar e provocar reação na outra. Sendo assim, a interação social é uma forma de sociabilidade em que eu dependo do outro para me desenvolver culturalmente e evoluir socialmente. Portanto, Vygotsky concentra sua análise nas relações concretas entre as pessoas e pressupõe que estas relações se situam no quadro das relações estruturais da sociedade, determinadas pelo modo de produção e mostra que é para os outros que se dá o movimento da história humana e que deste modo os indivíduos precisam se inserir para constituir sua própria história (Pino, 2000).

Todo ser humano é um ser de natureza social e antes mesmo de adentrar o espaço da escola, a criança é parte integrante de seu grupo familiar e, portanto, interage com esses, porém, é no espaço escolar que o processo de interação tende a se intensificar com as trocas de experiências com outros sujeitos. Para Vygotsky “O desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto sociocultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica (e dialética) através de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações por parte do indivíduo” (REGO 2011, p.58). Assim, consideramos que este processo ocorre de forma dialógica, onde, todos os sujeitos se tornam ativos, e além de desenvolverem-se individualmente, são participantes da construção social.

3 ESTUDOS SOBRE O RECREIO ESCOLAR E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA

O presente estudo segue o método da pesquisa bibliográfica, onde foi realizado um levantamento de produções científicas acerca do tema. Analisando o rastreamento de pesquisas realizadas no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), nos anos de 2011 e 2012, ressaltamos que não encontramos nenhum material referente aos descritores: recreio escolar, inclusão escolar, aluno com deficiência e recreio escolar inclusivo, em anos mais recentes que esses citados. E no banco de Artigos da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul), referente aos anos de 2010 a 2014, considerando que as publicações acontecem a cada dois anos, constatou-se a falta de pesquisas sobre o recreio escolar inclusivo, e especificamente um número pequeno de pesquisas acerca do descritor “recreio escolar”, mas em contrapartida, um vasto conjunto de publicações acerca da inclusão escolar e do aluno com deficiência.

Desta forma, no banco da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), usando o **primeiro descritor** “Recreio Escolar”, encontramos três publicações, sendo uma dissertação no ano de 2012, com o título “Infância em vinte minutos! Histórias de reivindicação, insistência, resistência e re(invenção) no recreio escolar”. Dissertação essa, que teve como objetivo investigar e problematizar o que as crianças vivem e pensam sobre o recreio.

Para tanto, usando o mesmo descritor, foram encontrados dois artigos no site da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul), contudo, citaremos apenas um intitulado “Recreio escolar e interações infantis: potência de produção? ” Tal artigo problematiza, a partir de um recreio, como as interações infantis eram postas em funcionamento pelas próprias crianças, bem como o recreio enquanto momento considerado livre e que ali as interações seriam intensificadas.

Concluimos então, que foram poucas as publicações acerca do tema “recreio escolar”, o que se percebe é que as pesquisas, ao falarem da escola, priorizam apenas o que acontece dentro da sala de aula, esquecendo que o recreio também constitui um campo escolar, merecendo grande importância em relação à interação que pode ocorrer com os alunos, principalmente com os alunos com deficiência inclusos na escola regular.

Dessa forma, ao analisar o **segundo descritor** “Inclusão escolar” obteve-se um resultado maior, sendo uma dissertação no banco da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), intitulada “A Inclusão escolar na educação infantil: um olhar sobre a prática docente”, cujo objetivo era investigar como acontecem as práticas pedagógicas de uma professora em sala de aula da Educação Infantil, identificando as suas dificuldades e potencialidades diante de um ambiente inclusivo.

Já no banco de artigos da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul, com o segundo descritor, obtivemos 15 publicações. Serão abordadas apenas cinco delas. A primeira discorre sobre as salas de recursos intitulada como “A inclusão escolar e os professores da sala de recursos”, que teve como objetivo analisar o processo de inclusão escolar sob a ótica de professoras que atuam em Salas de Integração e Recursos (SIR) no atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares.

Ainda com o mesmo descritor, três artigos são voltados às políticas de inclusão escolar, sendo os seguintes: “As políticas de inclusão escolar no Brasil e seus efeitos na prática educativa” com o objetivo de apontar as conexões entre os discursos e efeitos que esses vêm causando na prática educativa de maneira geral. “Política de inclusão escolar e

censo educacional nos anos 2000: sua expressão em uma rede municipal de ensino de Santa Catarina”. Discute a relação entre a política de inclusão escolar, indicadores e dados do Censo e sua expressão na rede municipal de ensino de Balneário Camboriú e as alterações que impactam diretamente nos registros do censo escolar do município, e “Inclusão escolar e a governamentalidade neoliberal” em que problematiza as políticas de inclusão escolar previstas às pessoas com deficiência, visto que, no investimento realizado para a inclusão de pessoas com deficiência, objetiva-se que todos possam ter assegurada a equiparação de oportunidades.

No quinto artigo, constatamos que o foco era para avaliação visando o processo de inclusão, sendo esse intitulado: “Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: relações possíveis” que tratou de um ensaio analítico em que se utiliza o debate pedagógico contemporâneo atinente à prática da avaliação e inclusão escolar. A questão mobilizadora do texto refere-se à possibilidade de a prática da avaliação da aprendizagem ser construída pautada na lógica da inclusão escolar.

Isso nos remete a pensar o quanto precisa ser discutida a questão da inclusão dentro do ambiente escolar, levando em consideração o processo de avaliação como um movimento processual e contínuo, que utiliza dos mesmos instrumentos tanto para o aluno com deficiência, quanto para os demais, porém com critérios avaliativos diferenciados levando em consideração as especificidades. Considerando o que Vygotsky (1997, p. 3) nos remete “(...) a criança com alguma deficiência não é simplesmente menos desenvolvida do que a criança normal; mas desenvolvida de outro modo”. Assim sendo, o aluno com deficiência incluso na escola regular tem um potencial que precisa ser instigado e explorado pelos professores de uma forma muitas vezes adaptada, na busca incansável da construção de conhecimento e da interação de cada um, sem esquecer-se de suas particularidades e limitações.

Ao verificar o **terceiro descritor** “Aluno com deficiência”, encontramos um vasto conjunto de pesquisas, dessas, três teses e quatro dissertações do banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Sendo assim, as três teses se intitulam: a primeira como “Intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual”, que teve como objetivo analisar as estratégias pedagógicas e os suportes educacionais oferecidos para alunos com deficiência intelectual, refletir e elaborar de forma colaborativa com a equipe pedagógica, ações educativas para a organização do processo de ensino e aprendizagem desse aluno. Já a segunda, “Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização” consistiram em descrever o processo de avaliação para

identificação dos alunos com deficiência intelectual no estado de São Paulo. E por última, com título “Representações sociais da deficiência mental: o senso comum enquanto espaço de resistência à inclusão do aluno com deficiência na escola” que buscou compreender as representações sociais de professores sobre a deficiência mental e sobre o processo de exclusão.

Duas dissertações focalizam a atuação do professor com o aluno com deficiência. Entretanto, mencionaremos apenas uma “As interações sociais entre professor e aluno com deficiência nas primeiras séries do Ensino Fundamental, sob a ótica de políticas públicas de inclusão” com o objetivo de estudar as interações sociais entre professor e aluno com deficiência nas primeiras séries do Ensino Fundamental, sob a ótica das Políticas Públicas de Inclusão.

Ainda no banco de artigos da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul), com o mesmo descritor “Aluno com deficiência”, encontrou-se um artigo intitulado “O homem como “ser social e histórico”: contribuições da psicologia histórico cultural para a escolarização de alunos com deficiência intelectual, cujo objetivo é evidenciar a importância da concepção de homem, tal qual aparece nos pressupostos da Psicologia Histórico Cultural.

Com um vasto conjunto de publicações acerca da inclusão escolar e o aluno com deficiência, destacamos que a inclusão do aluno com deficiência, na escola regular, tem sido alvo de debates e de pesquisas. Porém, pouco enfatizado nas práticas cotidianas das escolas, pelo fato de que, mesmo com a implementação da inclusão dos alunos com deficiência na escola regular, tanto os professores, quanto os demais alunos não se sentem preparados a encarar esta nova realidade. Assim, os enfoques nas pesquisas visam problematizar as políticas públicas referentes à educação especial e analisar as diferentes concepções docentes acerca da inclusão do aluno com deficiência, pois, esta reconfiguração educacional demanda muito estudo e sensibilidade para que transforme também as práticas docentes.

Deste modo, ao utilizarmos o **quarto descritor** “Recreio escolar inclusivo” não obtivemos nenhuma publicação, nem no banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), nem nas edições pesquisadas da ANPED SUL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul). Todavia, ressaltamos a importância de nosso referido tema, já que as pesquisas visam o movimento da inclusão escolar centrando-se apenas no ambiente da sala de aula. Para tanto, o recreio escolar é parte da rotina desse ambiente e precisa ser levado em consideração em

todos seus aspectos, mas especialmente como um momento de interação entre todos os alunos e em especial do aluno com deficiência com os demais colegas.

Contudo, nós, enquanto professoras em formação, precisamos considerar o processo de inclusão escolar como um todo e reconhecer os diferentes espaços de aprendizagens que fazem parte da rotina da escola e que muitas vezes são deixados de lado pelos docentes e até mesmo pela direção da escola. Precisamos compreender que o espaço do recreio é o momento em que os alunos se sentem livres, mas que em contratempo vivem intensas relações de sociabilidade com o outro.

Neste sentido, a experiência social das crianças no pátio de recreio constitui uma aprendizagem preciosa que colabora, tanto para suas interações com os adultos e outras contribuições complementares para construí-las como atores de nossa sociedade.(...) Elas aprendem a saber como interagir com o outro: a respeitar o outro, a ter tato, a ousar e se comunicar, a dividir, etc. (Delalande 2009, p.34).

Deste modo o recreio visando o processo de interação possibilita o desenvolvimento social, pois é através das diferentes experimentações em grupo e das diferentes vivências que os sujeitos constituem sua identidade enquanto ser social.

4 O RECREIO ESCOLAR E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Esta etapa de nosso trabalho consistiu em descrever o espaço do recreio escolar, compreender o aluno com deficiência que está incluso na escola regular para posteriormente enfatizar a importância do recreio escolar baseado na perspectiva sócio-interacionista levando em consideração a inclusão do aluno com deficiência.

4.1 O RECREIO ESCOLAR

Corpos silenciosos, agitados, inquietos, apreensivos (ou não), olhos atentos ao relógio... Em meio a esta cena emerge uma pergunta de alguém que ainda não consegue concretizar as horas: Profe, quantas horas faltam para o recreio? Espera, expectativa: quinze horas em ponto! Enfim, soa o apito mais esperado do turno. Euforia, pressa, corrida, atropelamentos, gritos, sons, choros, provocações, disputas, gargalhadas, piadas, músicas, cantigas, movimentos, barulhos, cochichos, amizades, intrigas, “birras”, brigas, resistência, brincadeiras, namoricos, olhares, conquistas, decepções, crianças, jovens, meninas, meninos, minissaia, bonés, sandálias, jaquetas e casacos pelo chão, lanches, balas, pirulitos, chicletes, salgadinhos, refrigerantes... Parece que vale tudo para aproveitar cada minuto desse espaço e tempo da cultura escolar, antes, é claro, de a sirene novamente soar com seu som estridente e marcante, supondo o fim das brincadeiras, do barulho, do movimento e impondo mais uma vez a ordem, a fila, o silêncio dos corpos... (PINO 2008, p. 12).

Estas são algumas palavras que nos fazem refletir acerca do que é o recreio escolar e como ele se constitui, esta rotina que perpassa por todas as etapas do ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Assim, com o presente estudo buscamos compreender o tempo/momento do recreio na escola regular, precisamente a função exercida por ele no que se refere aos alunos com deficiência inclusos. Acreditamos que o momento do recreio escolar é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos, que para muitos é visto como um tempo livre sem vigilância, quando eles, literalmente, sentem-se livres, brincam, brigam, gritam, e também trocam ideias, tornando então este espaço uma rica e importante forma de trocas de experiências, e que se constitui como um momento de interação social.

Deste modo, entendemos como fundamental a compreensão da etimologia da palavra recreio, que para FERREIRA (1999, p.1721) é: “[...] período para se recrear, como, especialmente, nas escolas, o intervalo entre as aulas”. A grosso modo, recrear é um tempo para brincar, divertir-se e sentir alegria. Portanto, quando o aluno está em recreação, ele está se divertindo, que nada mais é do que o tempo do recreio em que se sente livre para brincar, correr, enfim gastar a energia que tem após o longo período em que permanece sentado dentro da sala de aula.

Assim sendo, Gouveia (1969) aponta que as atividades recreativas na escola têm um alto valor, tanto para facilitar a convivência entre os alunos, quanto para possibilitar uma boa utilização de seu tempo de lazer. O recrear tem papel primordial para o processo de interação e socialização para com o outro, sendo neste momento que os alunos recriam, reinventam, aventuram-se e reproduzem o mundo no qual estão inseridas. Todavia, o recreio é considerado por muitas pessoas como um espaço improdutivo - o que certamente é um equívoco segundo NEUENFELD (2005), pois, este espaço notadamente é rico em relações sociais, sendo que se configura como um dos poucos momentos da rotina escolar em que acontece a interação coletiva e a vivência com seus pares.

PINNO (2008) descreve o tempo do recreio como sendo um tempo livre, um tempo “natural”, sem vigilância onde existe socialização, confronto e disputas, visto que, como já ressaltamos ao longo do texto ele é um espaço para conversas, intrigas e brigas, um tempo curto, diga-se de passagem, mas que os alunos aproveitam muito, hora positivamente, hora negativamente. As brigas e intrigas muitas vezes perpassam o espaço do recreio, adentrando o espaço da sala de aula e acabam tornando um campo de disputa e rivalidade, que dificulta o processo de ensino-aprendizagem, e até mesmo o processo de interação.

Tempo e espaço do recreio se configura como um dos poucos momentos na escola de interação coletiva, onde os alunos por sua vez, manifestam seus desejos e estabelecem vínculos de socialização maleável, o que não acontece dentro da sala de aula pelo fato de se ter uma rotina pré-estabelecida de horários que muitas vezes não permitem que se tenha flexibilidade para a construção de um momento que privilegie a dimensão socializadora.

O recreio escolar precisa ser compreendido como espaço que também faz parte do cotidiano da escola e importante para o processo de socialização e interação, onde se estabelecem relações entre todos os sujeitos sociais envolvidos. É também um espaço com particularidades específicas em que a espontaneidade e a liberdade tomam conta, além de ser potencialmente rico na construção de significados.

4.2 O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INCLUSO NA ESCOLA REGULAR

Estamos vivenciando nas últimas décadas um movimento de inclusão de alunos com deficiência na escola regular, por este motivo é necessário que novos olhares desenvolvam-se na escola para que se rejeite a exclusão dos ditos diferentes e promova-se um ambiente acolhedor, de aprendizagens, desenvolvimento, interação e livre de qualquer discriminação. Para tanto, a inclusão do aluno com deficiência na escola regular implica em mudanças atitudinais e organizacionais, tanto de ordem teórica quanto prática, pois muito se ouve falar em inclusão, no entanto, vivenciamos ainda um momento em que poucas experiências se concretizam e se efetivam como inclusivas para o acesso do aluno com deficiência na escola regular.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), as pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais em interação com diversas barreiras, podem dificultar sua inclusão. Vale ressaltar que, antes de tudo, as pessoas com deficiência são seres humanos como qualquer outro e que buscam conquistar seu espaço com igualdade de oportunidades e sua efetiva participação na sociedade e especificamente no ambiente escolar.

Sendo assim, precisamos considerar que, ao longo da história da Educação Especial, houve períodos em que as pessoas com deficiência eram excluídas ou até mesmo exterminadas da sociedade pelo fato de não ser consideradas como ser humano normal. Porém, com o passar dos anos a sociedade determinou princípios para banir atitudes de exclusão e valorizar a participação de todos os seres humanos em grupo e de maneira integral. Sendo assim, a família e a escola são as principais instituições envolvidas parceiras no

processo de construção de uma sociedade inclusiva, buscando além de socializar, desenvolver o papel mediador no que se refere ao desenvolvimento humano.

Evidencia-se que, historicamente, a escola se distinguiu como uma instituição pautada de educação limitada, tendo a escolarização como objeto de apenas um grupo. Deste modo, centrou-se esta visão para um determinado grupo chamado ou ditos “normais”, excluindo as pessoas que não eram considerados dentro do padrão de normalidade da sociedade. Todavia, a partir do processo de democratização da educação, destaca-se a contradição existente entre inclusão e exclusão, em que o acesso à escola é universalizado.

A Educação Especial organizou-se até o ano de 2006 de forma tradicional com atendimento educacional especializado, uma forma de substituir o ensino comum deixando em evidência os diferentes entendimentos, nomenclaturas e particularidades que acabaram por levar à criação de instituições especializadas, escolas e classes especiais. Esta forma de atendimento educacional especializado em instituições externas à escola normal torna-se um atendimento especializado fundamentado no conceito de anormalidade, no entanto, normal para o determinado público com práticas educativas voltadas para o caráter clínico assistencial, articulando ações de atendimento e apoio ao aluno e à família, promovendo a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos com algum tipo de deficiência.

No Brasil, segundo a Política Nacional de Educação Especial (2008, p.2) o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do império com as crianças de duas instituições, o Instituto dos Meninos Cegos - atual Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-Mudos - atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos. Já no início do século XX, foi fundado o Instituto Pestalozzi e, no ano de 1954, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) sendo esta considerada um grande marco para a Educação Especial.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) começa implementar políticas referentes ao atendimento educacional às pessoas com deficiência como, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino, porém na sequência criam-se novas leis alterando e reforçando o atendimento dessa clientela dentro de classes especiais. Porém, a Constituição Brasileira (1988) art. 3º, inciso IV, traz como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, e garante em seu artigo 208, inciso III “sendo dever do estado de garantia a oferta de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. ”

Diante disso, vários outros documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçam os ideais de uma educação para todos corroborando para que no ano de 1994 fosse publicada a “Política Nacional de Educação Especial (PNEE)” orientando o processo de integração educacional apenas para aqueles com condições de acompanhar o ritmo dos demais alunos. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases-1996) em consonância com a Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, em seu artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais currículos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; e que visem a sua efetiva integração na vida em sociedade.

A partir disso, as pessoas com deficiência deverão estar incluídas nos sistemas de ensino de classe normal para que possam ser valorizadas suas peculiaridades e incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção. Portanto a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Contudo, não se trata apenas de admitir a matrícula desses alunos, isso nada mais é que cumprir a lei. O que realmente precisa ser levado em consideração é a oferta de serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto pedagógico, rever postura e construir novas filosofias educativas.

Assim fica evidenciado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que “o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica” [...] (2008, p.5), que estabelece o direito a todos os alunos a aprenderem, participarem e estarem inseridos na escola sem que haja qualquer discriminação em relação a eles.

Finalmente, por meio dos nossos estudos, em relação aos alunos com deficiência inclusos na escola regular, o que foi possível perceber é que, com o passar do tempo, com a criação de políticas e leis que vêm favorecer os alunos com deficiência, ocorreu um crescimento das matrículas destes na escola regular. Contudo, isso não pode significar nossa satisfação, pois, estes têm o direito e devem estar incluídos na escola regular, para tanto, as escolas precisam estar preparadas de todas as formas para recebê-los, terem uma estrutura física adequada para comportar todos os alunos, ter também um corpo docente que esteja realmente preparado e preocupado com a forma de trabalhar com todos, valorizando e

respeitando as particularidades de cada um. Assim sendo, a inclusão é algo que perpassa todas as etapas do ensino e principalmente todos os espaços da escola, inclusive o espaço do recreio

Deste modo, a inclusão é uma ruptura de base na estrutura organizacional da educação, assim, o professor tem que estar comprometido, interessado com o que o aluno deseja aprender, sem nunca esquecer das particularidades e limitações de cada aluno, respeitando-o, ouvindo-o, quando necessário, e tendo noção do potencial de cada um. Acima de tudo, os professores precisam acreditar em cada aluno, pois é sabido que todos aprendem, porém cada um em seu tempo.

4.3 O RECREIO ESCOLAR INCLUSIVO E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA SÓCIO-INTERACIONISTA

As transformações ocorridas atualmente em âmbito educacional e o paradigma inclusivo nos faz pensar a escola como um todo, especificamente no espaço e tempo delimitado do recreio. Deste modo, pensar na inclusão escolar nos remete diretamente a pensar tanto na inclusão em sala de aula quanto nos momentos ditos livres que acontecem dentro do ambiente escolar.

Foi visando a perspectiva de educação inclusiva que contempla todos os aspectos e se efetive nos momentos fora do ambiente da sala de aula que buscamos estudar o recreio escolar inclusivo baseado na perspectiva sócio-interacionista, que tem por objetivo a interação do aluno com deficiência com os demais alunos durante o recreio, este tendo uma função primordial para o desenvolvimento humano pois "o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento" (Vygotsky 2001, p.63).

Contudo esta interação precisa e deve ser mediada tanto pelos professores quanto pela equipe gestora, pois o aluno é da escola e precisa de um suporte em todos os momentos tanto dentro quanto fora da sala de aula. Neste sentido Vygotsky destaca que o desenvolvimento humano acontece através de dois momentos

Primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos. (Vygotsky. 1998, p.75)

Assim, buscamos compreender o tempo do recreio escolar como sendo um momento em que a inclusão se efetive e que o aluno com deficiência sinta-se parte deste momento

como sujeito ativo, alcançando o processo de interação deste com os demais alunos envolvidos.

Muitas vezes, o recreio escolar, para o aluno com deficiência, acaba tornando-se apenas mais uns minutos em que ele fica sentado, grande parte do tempo, olhando para os outros enquanto brincam, pulam, gritam e até mesmo brigam. Pretende-se então ressaltar que, o aluno com deficiência, tende a se frustrar diante desta passividade e acaba por tornar este momento muitas vezes insignificante para sua caminhada escolar, ao contrário dos outros alunos.

Desta forma, reconhecer o espaço do recreio e compreender a importância do processo de interação entre os alunos, é primordial para compreender também como o processo de inclusão deve acontecer dentro do espaço da sala de aula, pois os problemas do recreio acabam influenciando o processo de ensino-aprendizagem tanto de forma positiva quanto de forma negativa. Consideramos que, pelo fato do ambiente escolar na hora do recreio ser mais descontraído, o aluno com deficiência necessita estabelecer outras relações com os demais alunos para uma aceitação plena e que, nesta interação, inverta a concepção de exclusão para inclusão.

O recreio é um tempo muito rico para que se propague o ensino e a aprendizagem, caracteriza-se também como um espaço diferente e muito importante na rotina escolar. Para muitos alunos, torna-se o único momento em que eles podem conversar com outros colegas e trocar experiências, pois “é uma hora que se faz necessária e presente na vida de toda a criança (estudante) desde a infância até a universidade” Neuenfeld (2003). Um espaço que oferece momentos de interações sendo uma variável importante para que de fato ocorra a inclusão, e também muito propício para que haja desentendimentos, porém, tendo em vista que a escola é um local de socialização é imprescindível que os alunos saibam lidar com esses desentendimentos presentes na realidade escolar e importantes para a resolução de conflitos.

Boa parte do recreio é consumida com a atividade de merendar e que o espaço físico das quadras esportivas conduz as crianças a jogarem sobre o modelo do esporte desempenho, chegando a questionar: se não seria interessante pensar numa intervenção pedagógica para este recreio escolar. (NEUENFELD, 2003).

Todavia, muitas vezes o tempo do recreio escolar é visto como um campo de batalha, cheio de lutas, brigas, nervos à flor da pele. Entretanto, o que ocorre é que frequentemente o que parece ser algo negativo, nada mais é do que uma forma de encenação, de preparação para que os alunos sejam capazes de experimentar diversas emoções, negociações,

enfrentamentos e também muitos prazeres, considerando segundo Silva (1959) que o recreio também “é compreendido como espaço de satisfação, prazer e emoção representado nas atitudes da criança de forma livre e espontânea”. Torna-se, deste modo, um lugar propício para que os alunos com necessidades especiais inclusos aprendam a lidar com todas essas experiências e acabem por experimentar também este movimento e com isso acabam por vivenciar o processo de interação, que não depende só deles, mas deste movimento de relação com os outros.

Nosso trabalho busca desta forma, ressaltar a importância do espaço e tempo denominado recreio, em que muitas experiências relevantes e essenciais são construídas, e outras muitas intensificadas, mesmo que nos poucos minutos de intervalo, minutos esses que são, na realidade, muito esperados por todos os alunos.

Nesta perspectiva, evidenciamos o valor do nosso trabalho pelo fato de que, não encontramos em nossas pesquisas bibliográficas publicações acerca do tema Recreio Escolar Inclusivo, materiais que trouxessem essa temática, e que acima de tudo nos propiciasse a contemplação de nossas angústias em relação à importância que se deve ter o tempo do recreio para os alunos em geral, mas principalmente para os alunos com necessidades especiais.

Por este motivo, é imprescindível que as escolas deem a real importância a todos os momentos que acontecem na escola e intensifiquem a olhar de uma forma mais específica para o processo interacionista para as trocas de experiências, para o desenvolvimento social e considere estes processos como imprescindíveis para o processo de aprendizagem dos alunos como um todo, especialmente para os alunos com deficiência inclusos na escola regular, pois como nos remete Vygotsky:

O aprendiz é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal, na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer. (Rego, 2011, p. 74).

Ressaltamos assim a importância que a interação tem na vida dos alunos e que, o momento do recreio escolar é um dos espaços que mais se intensificam esses processos, embora, muitas vezes, um tempo negligenciado pelos educadores que não reconhecem este momento como uma oportunidade de estreitar laços entre os educandos. Vale ressaltar que os alunos precisam de uma mediação para que esta interação dos alunos com deficiência aconteça com os demais colegas, pois ambos os lados, constantemente, sentem-se inseguros em buscar uma aproximação, uma vez que há medos, inseguranças, preconceito ou até mesmo por uma questão de diferença.

Com isso é preciso pensar em espaço de recreio escolar inclusivo que leve em consideração todas as partes envolvidas e que acabe com quaisquer atitudes de superioridade ou inferioridade, transformando-o num ambiente de interação social, de trocas de experiências e de fortalecimento de vínculos proximal. Portanto, o recreio escolar tem uma função específica no desenvolvimento dos alunos e especialmente dos alunos com deficiência, que é de estabelecer os processos interativos e com isso, tornar este momento mais significativo, em que todos os envolvidos aprendam interagir e conviver de forma positiva com o outro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender a função do recreio para o aluno com deficiência na escola regular e assim reconhecer este espaço como um momento imprescindível para a interação e como um espaço importante da escola.

Muitas crianças, especialmente o aluno com deficiência, necessita de uma mediação para que consigam relacionar-se com os demais colegas, com isso ressaltamos a importância de nosso trabalho que vem para contribuir com os professores tanto em formação quanto com os já atuantes, buscando compreender melhor o espaço do recreio considerando-o também um espaço de aprendizagem e que assim possam tornar esse um momento de efetiva interação no processo de inclusão.

Diante de todo o contexto que atravessa nossa profissão, pensar numa escola em que se efetive a inclusão em todas as esferas é um compromisso de todos nós enquanto educadoras, considerando também que é dever nosso lutar por uma educação pautada nos princípios do desenvolvimento humano e, acima de tudo, construir sujeitos mais humanitários que valorizem as interações sociais.

Ressaltamos que, pensar no espaço do recreio para que se efetive a prática da inclusão visando o processo de interação não é algo simplista, ao contrário, pensar em um movimento que leve em consideração a dinâmica muito própria que esse intervalo possui e que os alunos o considerem como um tempo livre para extravasar e liberar as energias. Foi visando isso que buscamos estudar o recreio escolar inclusivo e consideramos que o aluno com deficiência também é parte integrante deste espaço, embora sejam inúmeras vezes desconsiderado nos estudos científicos e nas reflexões teóricas.

Por meio do levantamento de dados da nossa pesquisa bibliográfica, fica perceptível que precisamos nos sensibilizar e vislumbrar melhor esse momento de recreio escolar e,

contudo, estender este olhar para o aluno com deficiência incluso. Com isso, analisar sobre qual forma ou perspectiva o movimento de inclusão está se dando no interior da escola e que muitas das peculiaridades existentes no tempo do recreio acabam adentrando o espaço da sala de aula e vice-versa.

Pensar no recreio escolar inclusivo é visar uma perspectiva inclusiva que considere todos os espaços da escola, é olhar para os arredores da sala de aula com mais sensibilidade, é perceber que aquele momento também precisa de mediação, é considerar como espaço de aprendizagem diferente daquele da sala de aula, porém, rico de relações sociais e assim perceber que o recreio escolar é um espaço que o aluno com deficiência ocupa com os demais colegas e que em contrapartida muitas vezes acaba por não ser considerado um integrante ativo.

Concluimos desta forma que, nosso referido estudo se dá como uma forma de sensibilizar, provocar e instigar as(os) professoras(es) a olharem mais para o espaço do recreio e reconhecer este como uma das esferas importantes de aprendizagem, desenvolvimento e imprescindivelmente de interação social. Visando o processo de interação social, o espaço do recreio acaba por se tornar um corpo social em que resplandece a harmonia, a coletividade, o respeito, a ajuda mútua e conseqüentemente à inclusão do outro.

ABSTRACT

This study arose from the concern to understand the recess as a part of the process of inclusion, aiming the establishment of interactive relations for the individual development. It aims to understand the recess function as a process of inclusion of students with disability which are enrolled in the regular school. Thus follows the bibliographic research method which sought to survey scientific productions about the theme analyzing the tracking of published researches on the theses and dissertations bank of CAPES (People Improvement Committee of Superior Degree) in the years of 2011 and 2012, highlighting that wasn't found any material referent to the theme in more recent years than those cited. It was also tracked the articles bank of ANPED SUL (National Association of Postgraduation and Research in Education of South Region) from 2010 to 2014, whereas publications take place every two years. It has as a guiding principle the socio-interactional approach from Vygotsky, which brings the interaction process as indispensable for human development given that individuals constitute and develop amid relations and lived experiences. It sought to analyze the interaction process through studies of Vygotsky, checking through a bibliography review studies on the recess of students with disability, so that later it was possible to understand and describe the function of the recess in Vygotskian perspective. It was found that the recess of students with disability is a theme that has received little attention, but it has a great importance for social and cognitive development of these included students. It recognizes the importance of constituting the break as an instrument of interaction, aiming the process of inclusion.

Keywords: School recess. Inclusion. Students with disability. Interaction.

RESUMEN

Este estudio surgió de la preocupación en aprender el recreo escolar como parte del proceso de inclusión, visando el establecimiento de relaciones interactivas para el desenvolvimiento de los individuos. Tiene como objetivo comprender la función del recreo escolar como parte del proceso de inclusión de los alumnos con deficiencia que están matriculados en la red regular de enseñanza. De este modo, sigue el método de pesquisa bibliográfica al cual busco hacer un levantamiento de producciones científicas acerca del tema, analizando el rastreamiento de pesquisa publicadas en el banco de teses y disertaciones del CAPES (Comisión de Mejora del Personal de Nivel Superior) en los años de 2011 y 2012, resaltando que no fueran encontrados ningún material referente al tema en años más recientes que estos citados. Rastreo-se también el banco de artículo de la ANPED SUL (Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación de la Región Sur) en los años de 2010 a 2014, considerando que las publicaciones acontecen a cada dos años. Tiene como principio norteado el abordaje sócio-interacionista de Vygotsky, verificando por medio de una revisión bibliográfica estudios al respecto del recreo escolar de los alumnos con deficiencia, para que posteriormente fuese posible comprender y describir la función del recreo en la perspectiva Vygotskyana. Se puede verificar que el recreo escolar de los alumnos con deficiencia es un tema que tiene recibido poca atención, pero que es de suma importancia para el desenvolvimiento social y cognitivo de estos alumnos incluso. Con eso, se reconoce la importancia de construir el recreo como un instrumento de interacción, visando el proceso de inclusión.

Palabra-clave: Recreo escolar. Inclusión. Alumnos con deficiencia. Interacción

REFERÊNCIAS

- BOROWSKY, Fabíola. **INCLUSÃO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA VIGOTSKIANA**. UNIOESTE: Cascavel/PR. 2008. Disponível em <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/3/Artigo%2007.pdf>> acesso em 10 de dezembro de 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial, PNEE**. Brasília, DF.MEC/SEESP, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> acesso em 5 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> acesso em 5 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> acesso em 5 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> acesso em 06 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN**. N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm> acesso em 5 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> acesso 5 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm> acesso em 13 de fevereiro de 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> acesso em 02 de fevereiro de 2016.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de teses**. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/#120>>. Acesso em: 22 janeiro 2016.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo à **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.
- DELALANDE, Julie. **Aprender entre crianças: o universo social e cultural do recreio**. In: LOPES, Jader J. M; MELLO, Marisol B. (Orgs). O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas. Rio de Janeiro: Rovel, 2009. p. 23-42
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.
- GOUVEIA, Ruth. **Recreação**. 4º ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969, p. 38.

NEUENFELD, D. J. **Recreio escolar: o que acontece longe dos olhos dos professores?** Revista da Educação Física/ UEM, Maringá. v. 14, n. 1, p. 37-45, 1 sem. 2003. Disponível em <[file:///C:/Users/User/Downloads/3479-10132-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/3479-10132-1-PB%20(2).pdf)> acesso em 10 outubro de 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes. **L.S. Vygotsky: algumas ideias sobre Desenvolvimento e Jogo Infantil.** Série Ideias n. 2. São Paulo: FDE, 1994.

PINNO, S. F. **Recreio Escolar: Práticas corporais e suas significações.** 2008. Dissertação (Mestrado Educação das Ciências)- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí/RS. 2008. Disponível em <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/386/Fabiane%20Smaniotto.pdf?se>>

PINTO, Glaucia Uliana. **A inclusão escolar no espaço do recreio.** ANPED 2008. Minas gerais. GT 15. Disponível em <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT15-4783--Int.pdf>> acesso em 2 de fevereiro de 2016.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 22. ed. - Petrópolis, RJ. Ed Vozes, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina.** Coordenador Sergio Otavio Bassetti - São José: FCEE, 2006. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/peee_sc.pdf> acesso em 07 de setembro de 2015.

SILVA, N. Pithan E. **Recreação.** 4. ed. São Paulo: cia. Brasil, [1959].

SIRGADO, Angel Pino. **O social e o cultural na obra de Vygotsky.** Rev. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, 2000. P. 45-78. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a03v2171.pdf>> acesso em 25 de março de 2016.

SUL. ANPED. **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** Publicações. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/home.php?link=anpedsul&sublink=eventos_anteriores> Acesso em: 20 Janeiro 2016.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Trad. Néelson Jahr Garcia. Ed Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html>> Acesso em: 15 de novembro de 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Trad. José Cipolla Neto et al. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S.; COLE, M. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANEXO A- RASTREAMENTO DE PESQUISA NO BANCO DE DADOS CAPES E ANPED SUL.

| BANCO DE DADOS DA CAPES- TESES E DISSERTAÇÕES | | | |
|---|--------------------------------|------------|--|
| RECREIO ESCOLAR- DISSERTAÇÃO | | | |
| TÍTULO | AUTOR | ANO | DADOS DA PESQUISA |
| Infâncias em vinte minutos! Histórias de reivindicação, insistência, resistência e re(invenção) no recreio escolar. | SILVA, Anna Cristina Costa da. | 2012. | A pesquisa se propôs a investigar e problematizar o que as crianças vivem e pensam sobre o recreio e intencionou-se também em sensibilizar o educador a problematizar os tempos e os espaços ao recreio destinados, visto que esta escolha realizada pela escola influencia na produção das múltiplas infâncias vividas por seus alunos. |
| INCLUSÃO ESCOLAR-DISSERTAÇÃO | | | |
| A inclusão escolar na educação infantil: um olhar sobre a prática docente. | FERNANDES, Anna Costa. | 2011. | O objeto desse estudo consistiu em investigar como acontecem as práticas pedagógicas de uma professora em sala de aula da Educação Infantil, identificando as suas dificuldades e potencialidades diante de um ambiente de educação inclusiva. |
| ALUNO COM DEFICIÊNCIA-TESES E DISSERTAÇÕES | | | |
| Intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. | BRAUN, Patrícia. | 2012 Tese. | Este estudo teve por finalidade analisar as estratégias pedagógicas e os suportes educacionais oferecidos para alunos com deficiência intelectual, refletir e elaborar, de forma colaborativa com a equipe pedagógica, ações educativas para a organização do processo de ensino e aprendizagem desse aluno. |
| Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização. | VELTRONE, Aline Aparecida. | 2011 Tese. | O objetivo deste estudo consistiu em descrever o processo de avaliação para identificação dos alunos com deficiência intelectual no estado de São Paulo. Os resultados indicam que o professor da |

| | | | |
|--|---------------------------------|-------------------|--|
| | | | classe comum é o principal agente do encaminhamento, sendo os indicadores de suspeita de deficiência intelectual: atraso no desenvolvimento, dificuldades escolares, problemas de comportamento adaptativo e problemas de comportamento. |
| Representações sociais da deficiência mental: o senso comum enquanto espaço de resistência à inclusão do aluno com deficiência na escola. | ALMEIDA, Lucy Oliveira de. | 2011 Tese. | O objetivo deste estudo foi compreender as representações sociais de professores sobre a deficiência mental e sobre o processo de exclusão. Como conclusão, observa-se que as representações sociais refletem formas de resistência à inclusão do deficiente mental, fazendo com que este aluno não esteja excluído do ensino regular, passando, entretanto, à condição de excluído no interior da escola. |
| A transição do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II na vida de um aluno com deficiência. | GUERREIRO, Guacyara Labonia. | 2012 Dissertação. | O presente trabalho teve o objetivo de analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II. Concluiu-se a urgência de mudanças do modelo educacional existente, no sentido de reorganizar as práticas escolares, principalmente, no que diz respeito à transição do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II. |
| As interações sociais entre professor e aluno com deficiência nas primeiras séries do ensino fundamental, sob a ótica de políticas públicas de inclusão. | FREITAS, Nilma Celia Mamede de. | 2012 Dissertação. | O objetivo deste trabalho foi estudar as interações sociais entre professor e aluno com e nas primeiras séries do Ensino Fundamental, sob a ótica das Políticas Públicas de Inclusão. O professor deve, em sua prática, ter em mente a noção do que significa o processo de inclusão escolar de aluno com deficiência, pela singularidade |

| | | | |
|---|------------------------------------|----------------------|--|
| | | | desse indivíduo e de seus familiares, considerando que, por trás dessa pessoa, existem expectativas, anseios, sonhos e esperanças. Esse professor não deve encarar tais expectativas como algo prescritivo ao seu fazer, mas como algo essencial na ação docente de atenção às necessidades das pessoas com deficiência incluída em classes comuns. |
| Atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência Intelectual. | STELMACHU K, Anai Cristina da Luz. | 2011 Dissertação. | A pesquisa teve por objetivo investigar como professores regentes e supervisores de unidades escolares têm atuado em relação aos alunos com deficiência intelectual, tendo em sala de aula a presença de um auxiliar. Supervisores e professoras consideram que o apoio do auxiliar em sala de aula reflete positivamente no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, evidenciando ressalvas em relação ao desenvolvimento da autonomia. Os sujeitos questionam o perfil e a formação dos auxiliares e sugerem formação continuada para estes e para si. |
| Políticas de educação especial no ensino médio público paranaense: o aluno com deficiência em foco. | CARVALHO, Ana Paula de. | 2012 Dissertação. | O estudo buscou elucidar como os alunos com deficiência física, intelectual, visual (cegueira/baixa visão), múltipla e auditiva, com surdez e cegueira, matriculados no ensino médio, têm sido contemplados pelas políticas de educação especial. Observou-se que a educação especial e ensino médio têm marcas de uma democratização tardia que permeiam até hoje a conceituação/ concepção dessa etapa e modalidade da educação básica. |
| RECREIO ESCOLAR INCLUSIVO | | | |
| Nenhuma pesquisa encontrada | | | |

| ANPED SUL- ARTIGOS- ANOS DE 2010 Á 2014 | | | |
|---|--|------------|---|
| RECREIO ESCOLAR | | | |
| Título | Autor | Ano | Dados da Pesquisa |
| Conectados com a rádio gaiola: etnografando identidades juvenis no recreio escolar. | QUADROS, Marta Campos De. | 2012 | Este artigo recorta momentos do recreio e da realização de uma oficina de técnica radiofônica em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de São Leopoldo (RS) e discutida a constituição de identidades juvenis a partir da produção/fruição de uma espécie de emissora de rádio que jovens alunos ‘colocam no ar’ e escutam. Nesse processo, são atribuídos significados pelos jovens alunos aos espaços ocupados durante o recreio, atravessados por relações de poder. Constatamos que as práticas de escuta neste contexto escolar se constituem como marcador identitário comum entre os diversos grupos e através da qual os “outros” se tornam o “nós”. |
| Recreio escolar e interações infantis: potência de produção? | MICHEL, Caroline Braga. AMARAL, Alessandra. SILVA, Méri Rosane. | 2012 | O trabalho problematiza, a partir de um recreio escolar, como as interações infantis eram postas em funcionamento pelas próprias crianças bem como o recreio enquanto um momento tido como livre, e que, por isso, tais interações seriam ali intensificadas. |
| INCLUSÃO ESCOLAR | | | |
| A inclusão escolar e os professores da sala de recursos. | BRABO, Gabriela Maria Barbosa. | 2010 | O presente trabalho apresenta como objetivo analisar o processo de inclusão escolar sob a ótica de professoras que atuam em Salas de Integração e Recursos (SIR) no atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. |
| As políticas de inclusão escolar no brasil e seus efeitos na prática educativa | SILVA, Gisele Ruiz. | 2012 | O objetivo de apontar as conexões entre seus discursos e os efeitos que estes vêm causando na prática educativa |

| | | | |
|---|---------------------------|------|---|
| | | | de maneira geral. |
| Atendimento educacional especializado, intervenções pedagógicas e inclusão escolar. | GAI, Daniele Noal. | 2012 | Este texto traz anotações, análises e impressões acerca do AEE (Atendimento Educacional Especializado) como espaço potencial para intervenções pedagógicas e favorecimento de processos inclusivos. Propositivo e um tanto prescritivo. As nuances das histórias vividas, observadas, acompanhadas, registradas, fotografadas e descritas neste texto provocam perguntar sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Indicam perguntar sobre qual a magia para a atuação pedagógica inclusiva, o planejamento pedagógico inclusivo e a intervenção pedagógica inclusiva – num fazer-se escola contemporânea. |
| Avaliação da aprendizagem e Inclusão Escolar: Relações Possíveis. | CHRISTOFAR, Ana Carolina. | 2012 | O presente texto trata-se de um ensaio analítico que se utiliza do debate pedagógico contemporâneo atinente à prática da avaliação e inclusão escolar. A questão mobilizadora do texto refere-se à possibilidade da prática da avaliação da aprendizagem ser construída pautada na lógica da inclusão escolar. Com a perspectiva da educação democrática muitos alunos que estavam à margem do processo de escolarização começaram a chegar à escola e colocar em xeque práticas pedagógicas e modos de organização curricular pautados na lógica da homogeneização. |
| Dignidade humana como desafio da inclusão escolar. | STRIEDER, Roque. | 2012 | Parte-se do princípio que a inclusão escolar exige olhar o ser humano de modo singular e pensá-lo com dignidade. Significa acolher crianças em seu ser e fazer, sem perder admiração por cada uma. Como |

| | | | |
|--|----------------------------|------|--|
| | | | objetivo buscou-se investigar dificuldades e possibilidades para criar ambientes de acolhida e aceitação que desenvolvam a dignidade em crianças do ensino fundamental. |
| A construção dos saberes necessários a inclusão escolar: formação e experiência dos professores de Montenegro/RS. | MACHADO, Glaé Corrêa. | 2012 | O estudo teve como objetivo apresentar o estudo, a partir de narrativas de professores de Montenegro/RS, de investigar práticas pedagógicas inclusivas, procurando compreender os saberes necessários aí construídos. |
| O “laudo” na inclusão de alunos no ensino regular: uma estratégia da governamentalidade biopolítica. | RAMOS, Carolina Lehnemann. | 2014 | Este trabalho consiste em uma análise sobre a presença do “laudo” na escolarização de alunos ditos incluídos no Ensino Regular, visando compreender como a escola utiliza-se de outros campos de saber para a inclusão dos ditos anormais. |
| Processo de inclusão escolar no ensino regular: concepções docentes. | WEDMAN, Denise Da Rosa. | 2014 | Objetivou analisar quais as concepções docentes na inclusão de alunos/as que apresentam alguma necessidade educacional especial no Ensino Regular. Constatou-se que as possibilidades de desenvolvimento do trabalho pedagógico que corresponda às aspirações do atendimento à diversidade, à flexibilização curricular vêm se destacando no contexto escolar. |
| Percepção dos familiares e professores da educação infantil sobre a inclusão escolar da criança com deficiência uma experiência na rede municipal de Joinville (SC). | FETTBACK, Carin Schultze. | 2014 | O estudo teve como objetivo analisar as relações do relacionamento entre família, escola e AAE (Atendimento Educacional Especializado), visando entender as noções que têm, as famílias e os professores, quanto ao atendimento à criança com deficiência. Os resultados apontaram que professores sentem a necessidade de formação continuada específica |

| | | | |
|--|---|------|---|
| | | | e há pais que demonstram desconhecer o serviço do AEE (Atendimento Educacional Especializado). |
| Em nome da inclusão escolar. | MACHADO, Fernanda De Camargo. | 2014 | Vivemos um tempo em que “sensibilizar” é um dos verbos mais chamados à conjugação nos documentos que tratam da inclusão escolar no Brasil. Diante disso, este trabalho propõe uma problematização do funcionamento e dos efeitos desse chamado. Nessas condições, foi possível destacar a funcionalidade das práticas de sensibilização para a inclusão escolar de deficientes como práticas de governo de si e dos outros. Ao promover o engajamento pessoal e ao compartilhar a vigilância sobre a inclusão escolar de deficientes, a sensibilização parece ser indispensável para a própria consolidação e manutenção do processo inclusivo, o qual muito interessa à lógica neoliberal. |
| Estratégias discursivas de subjetivação docente em tempos de inclusão escolar. | MOHR, Alana Cláudia. POSSA, Leandra Bôer. NAUJORKS, Maria Inês. | 2014 | Este estudo tem como foco os discursos em torno da Inclusão Escolar veiculados pelas revistas Integração e Inclusão que atualmente vêm configurando e reconfigurando a Educação e, por consequência, os modos de ser docente. A vontade de saber está em entender como os professores vêm sendo narrados, subjetivados e produzidos a partir dos discursos da Inclusão Escolar. Discursos que se constituem produtivos e que incidem na condução dos docentes, subjetivando-os a partir da produção de determinadas estratégias discursivas. |
| Política de inclusão escolar e censo educacional nos anos 2000: sua expressão em uma rede municipal de ensino de | HOEPERS, Idorlene da Silva. MENDES, | 2014 | Este trabalho tem o objetivo de discutir a relação entre a política de inclusão escolar, indicadores e dados do Censo e sua |

| | | | |
|---|--|------|--|
| Santa Catarina. | Regina da Silva. HOSTINS, Regina Celia Linhares. | | expressão na rede municipal de ensino Balneário Camboriú. AS alterações impactam diretamente nos registros do Censo escolar do município, pois contribuem significativamente para o mascaramento dos dados em relação ao processo de escolarização induzindo à classificação. |
| Inclusão escolar e a governamentalidade neoliberal. | KRAEMER, Graciele Marjana. | 2014 | Neste estudo, o foco é para a problematização das políticas de inclusão escolar previstas às pessoas com deficiência. No investimento realizado para a inclusão de pessoas com deficiência, objetiva-se que todos possam ter assegurada a equiparação de oportunidades, para isso, diversos setores são convocados – educação, saúde, assistência social, entre outros. |
| Inclusão escolar de alunos surdos: discursos que conduzem as condutas docentes. | STÜRMER, Ingrid Ertel. CARDOSO, Ana Claudia Ramos. | 2014 | Neste trabalho, analisou-se os discursos presentes em um material produzido pelo Ministério de Educação, em 2010, que visa orientar a inclusão de surdos na escola comum, e uma carta escrita por uma professora de alunos surdos sobre a temática da inclusão escolar. Percebemos nos materiais que discursos clínicos, linguísticos, pedagógicos e legais se articulam, produzindo ações que direcionam as condutas tanto dos professores quanto dos alunos surdos. Todos são convocados para a transformação da escola comum e a um redimensionamento das práticas pedagógicas. Assim, a aprendizagem dos alunos surdos deve ser garantida pelo uso da língua de sinais, esta compreendida como um recurso de acessibilidade aos conhecimentos trabalhados na sala de aula comum. |

| | | | |
|---|---|------|---|
| O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar. | KAILER, Priscila Gabriele da Luz. PAPI, Silmara de Oliveira Gomes. | 2014 | Esta pesquisa teve como objetivo analisar o papel do pedagogo, enquanto membro da equipe de gestão, no processo de inclusão escolar. A pesquisa apontou que as pedagogas pesquisadas exercem o papel de orientadoras do trabalho pedagógico, mobilizando os pais nas ações conjuntas com a escola. A pesquisa ainda destaca a interlocução com outros profissionais e a promoção da aprendizagem do aluno, como tarefas relacionadas à sua função. |
| ALUNO COM DEFICIÊNCIA | | | |
| Governamentalidade e paraolimpíadas: um olhar sobre o governo de educandos com deficiência. | MACHADO, Roseli Belmonte. | 2014 | Este estudo que buscou investigar as Paralimpíadas, entendendo-as como articuladas a políticas de inclusão operando modos de governo nos diversos sujeitos. Neste recorte procurou-se problematizar o modo como essa competição pode ser percebida como parte da governamentalidade neoliberal construindo subjetividades e governando os educandos com deficiência. |
| O homem como “ser social e histórico”: contribuições da psicologia histórico cultural para a escolarização de alunos com deficiência intelectual. | NASCIMENTO, Suzi Rosana Maciel Barreto do. | 2014 | O presente artigo tem por objetivo evidenciar a importância da concepção de homem, tal qual aparece nos pressupostos da Psicologia Histórico Cultural. Com esse estudo, pretende-se ainda, buscar relações entre as bases marxistas desta teoria e suas contribuições para a escolarização de alunos com deficiência intelectual em salas de aula comuns que oferecem o Ensino Fundamental, mais especificamente no município de Cascavel – PR, na área de Língua Portuguesa. |
| RECREIO ESCOLAR INCLUSIVO | | | |
| Nenhuma pesquisa encontrada | | | |

